

## **Discutindo Ação Coletiva em Economia: uma perspectiva a partir do realismo crítico**

Rodrigo Siqueira Rodriguez<sup>1</sup>

Thiago Duarte Pimentel<sup>2</sup>

### **ARTIGO PARA SESSÕES ORDINÁRIAS**

Área 1. Metodologia e História do Pensamento Econômico

Subárea 1.1. Metodologia e Caminhos da Ciência

### **RESUMO**

A ciência econômica dificilmente assume suposições a respeito de indivíduos organizados coletivamente. Na microeconomia, por exemplo, uma afirmação sobre um grupo de indivíduos ou uma sociedade assume necessariamente que suas ações sejam abordadas a partir dos efeitos de maximizações individuais, ainda que isso exija condições muito rígidas para as crenças e desejos individuais. Esse trabalho tem como objetivo apresentar um modelo que, ao mesmo tempo em que seja uma alternativa razoável de análise a esse paradigma, também faça parte de um escopo de visão de ciência com pretensões objetivas, o realismo crítico. Partindo da análise da ação coletiva, apresentamos uma alternativa para balizar os estudos da economia através de uma perspectiva que não negligencia as interações em um nível organizacional nem negligencia os efeitos da estrutura social sobre as relações econômicas, sendo capaz de explicar de forma mais precisa os fenômenos econômicos que envolvem interações sociais, como a troca e a produção.

**Palavras-chave:** Realismo crítico, ação coletiva, ação individual, organizações

### **ABSTRACT**

The economic science hardly takes assumptions about collectively organized individuals. In microeconomics, for example, a statement about a group of individuals or a society necessarily assumes that your actions are approached from the effects of individual optimizations, even if this requires very strict conditions for the individual beliefs and desires. This paper aims to present a model that is a reasonable alternative analysis to this paradigm while it is also a part of a vision of science, which has objective claims, the critical realism. Starting with an analysis of collective action, we present an alternative to guide the study of economics through a perspective that does not neglect the interactions at an organizational level or neglects the effects of social structure on economic relations, being able to explain more precisely the economic phenomena involving social interactions, such as exchanging and production.

**Keywords:** critical realism, collective action, individual action, organization

---

<sup>1</sup> Mestrando em Economia Aplicada do Programa de Pós Graduação em Economia Aplicada da Universidade Federal de Juiz de Fora - PPGEA/UFJF. rodrigorodriguez@id.uff.br

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Turismo da Universidade Federal de Juiz de Fora e membro do corpo docente do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais –PPGCSO/UFJF. thiagopimentel@gmail.com

## 1. Introdução

A ciência econômica dificilmente assume suposições a respeito de indivíduos organizados coletivamente. Na microeconomia, por exemplo, uma afirmação sobre um grupo de indivíduos ou uma sociedade assume necessariamente que suas ações sejam abordadas a partir dos efeitos de maximizações individuais, ainda que isso exija condições muito rígidas para as crenças e desejos individuais (ROSENBERG, 1980). A ação coletiva ainda que seja de grande interesse de outras áreas das ciências sociais é, geralmente, negligenciada por conta do paradigma individualista e racional-maximizador, que assume hipóteses rígidas para o comportamento individual e principalmente uma restrição metodológica à produção de conhecimento em economia. Essas suposições de tal paradigma individualista poderiam ser tratadas como o que Popper chama de “estratagemas de imunização”, sendo hipóteses que visam mais blindar as teorias de outras prescrições metodológicas do que prover um sustento teórico razoável. Essa visão comum em economia trata os fatos sobre as sociedades exclusivamente em termos de indivíduos, colocando a análise de grupos organizados e instituições em um papel secundário.

Esse trabalho tem como objetivo apresentar um modelo que, ao mesmo tempo em que seja uma alternativa razoável de análise a esse paradigma, também faça parte de um escopo de visão de ciência com pretensões objetivas, o realismo crítico.

Uma síntese dos principais elementos de tal corrente será apresentada, assim como também o estado da economia. O modelo apresentado é caracterizado pela centralidade na análise da ação coletiva e tem como categorias teóricas centrais a dimensão espaço-temporal, a formação de identidade e a delegação/afirmação de poder e coerção em uma associação/organização.

O argumento defendido aqui é o de que balizar os estudos da economia através de uma perspectiva que não negligencia as interações em um nível organizacional nem negligencia os efeitos da estrutura social sobre as relações econômicas é capaz de explicar de forma mais precisa os fenômenos econômicos que envolvem interações sociais, como a troca e a produção. Como o individualismo metodológico trata os fatos sobre as sociedades exclusivamente em termos de indivíduos, a análise de grupos organizados e instituições apresenta um sentido distorcido e secundário, sendo o pilar de um conjunto de afirmações que se protege das evidências da natureza social das relações humanas, adquirindo cada vez mais ao longo de sua história um caráter subjetivo e abstrato. Afirmações como “o indivíduo busca

o melhor para si”, “tomar a melhor decisão dentre as alternativas possíveis”, “tomar a escolha que maximiza o seu retorno” são o reflexo dessa argumentação que vêm se sustentando na economia neoclássica sobre silogismos e tautologias, como defendido por Boland (1992), onde o autor esclarece que tais enunciados são lógicos e auto evidentes.

A relevância desse tipo de análise torna-se mais clara a partir do momento em que consideramos em pretensões de analisar a sociedade que a ação individual é cada vez mais externa e independente às ações específicas de um indivíduo ou de uma relação específica entre dois indivíduos. Entretanto, apesar de externa e independente, isso não nos faz negligenciar a ação individual, assim como também não atribuir o fenômeno exclusivamente à estrutura social.

Essa visão ponderada se torna viável uma vez que assumimos os principais pilares do realismo crítico. Na primeira sessão, discutiremos o atual estado da economia convencional, com ênfase em seus aspectos metodológicos; na segunda sessão, abordaremos a crítica ao paradigma neoclássico e o seu tratamento pelas mais diversas críticas; posteriormente, apresentaremos o modelo original elaborado e discutiremos algumas de suas possibilidades em economia.

## **2.O Estado da Arte em Economia**

O senso predominante na economia tradicional assume que o objeto de análise das teorias é o indivíduo. Na microeconomia, cria-se um sistema fechado de condições perfeitas para a compreensão de interações singulares entre indivíduos e indivíduos ou indivíduos e firmas através da troca e da produção. Na macroeconomia, agrega-se os indivíduos de forma contábil: soma-se suas unidades, suas despesas, suas receitas, seu consumo, entre outras variáveis de interesse. Tal crítica vêm sido apresentada de forma mais estruturada pelos precursores do Realismo Crítico, especialmente Tony Lawson (1997) e sua análise da atividade experimental.

O elemento metodológico capaz de permitir que as conexões e relações dentro desse modelo abstrato (que aparece tanto no macro quanto no microeconômico) funcionem é o individualismo metodológico alinhado ao princípio de racionalidade econômica. O primeiro, certamente permite a criação das condições isoladas de complexidade de um sistema fechado com bases em indivíduos, e o princípio da racionalidade pré-condiciona a ação do indivíduo.

Essa estrutura é predominantemente da economia neoclássica, mas pode ser encontrada em outros desdobramentos da mesma teoria, que abarcam o mesmo escopo teórico e método. Certamente não podemos atribuir esse elemento a toda tradição clássica, pois o primeiro grupo da economia política ainda possuía um tratamento sob a compreensão das classes sociais: capitalistas e trabalhadores (ainda que tenha caráter otimizador), mas podemos marcar como ponto de inflexão metodológica o trabalho apresentado por Stuart Mill (HAUSMAN, 1981). O desenvolvimento de tal estrutura se deu através de diversos elementos teóricos, como a função de utilidade e as relações de preferências.

Podemos definir sob o pretexto do princípio da racionalidade, as interpretações que afirmam, independente da forma, que a ação humana é racional, dadas as finalidades (ou preferências) e crenças (ou teorias) do agente no momento da ação. Sendo assim, o princípio de racionalidade diz respeito à consistência subjetiva “local” da ação humana; “local” no sentido de que faz referência apenas a fins do agente ou preferências e crenças no momento da escolha. Seja qual for a natureza de suas preferências ou crenças, em termos de princípio da racionalidade, suas ações contam como racional enquanto apresentam consistência com suas preferências e crenças quaisquer que sejam no momento da escolha.

As visões formalizadas através do princípio racional em geral são problemáticas por reduzirem toda uma questão de complexidade decisória a um único elemento lógico que, ainda que frequente nas decisões humanas, não é um imperativo comportamental. Assim, além das pessoas não realizarem a “maximização” em suas decisões, sendo uma pressuposição falsa, ela negligencia todo e qualquer efeito das interações entre o indivíduo e a sociedade, sendo que em muitos casos e situações as decisões do indivíduo podem ser muito mais reflexo da estrutura social na qual está inserido, ou de decisões tomadas em suas redes (grupos e organizações as quais se envolve), indicando que sua decisão é também fruto das suas identidades com o ambiente social. É importante notar que isso não torna irrelevante o papel da decisão racional individual, que também pode ter o seu papel desde que conjugado com outros elementos do processo de decisão e outros níveis de análise da interação (individual, coletiva e social).

A definição clássica de individualismo metodológico é a doutrina na qual os fatos sobre as sociedades e fenômenos devem ser explicados exclusivamente em termos de fatos sobre indivíduos. Em tal circunstância, as instituições exercem papel específico de “modelos abstratos” criados para interpretar fatos de experiências individuais. Bhaskar (1998, p.206)

revela também que tal ontologia social estipula as condições materiais adequadas para a estrutura formal do modelo dedutivo-nomológico, ou seja, o individualismo metodológico é suficientemente palpável para quem produz ciência de acordo com as prescrições do positivismo lógico.

Portanto, para apresentarmos uma estrutura metodológica alternativa adequada é necessário abordar um pouco da crítica ao positivismo em economia.

### **3. Revisão da Crítica**

Existe uma forte corrente de discussão em economia política à respeito da racionalidade neoclássica, sua peculiaridade individualista e também seu caráter meramente normativo, uma vez que é um conceito facilmente apreendido no espaço e no tempo. Sohn-Rethel (1978) defende uma forte tese de que esse tipo de conduta racional está associada à necessidade da linguagem matemática, advinda de abstrações inerentes à própria mercadoria e ao processo de troca, através do argumento de que os fundamentos do modo racional de pensar se constituíram através de tal abstração tanto na Grécia Antiga quanto na ciência moderna.

Searle (2001), por sua vez, apresenta uma excelente caracterização dos elementos da racionalidade neoclássica, como a instrumentalidade, formalidade, lógica e seu caráter dedutivo. Augusto (2010; 2011) discute a estrutura da racionalidade neoclássica, abarcando tanto as limitações da racionalidade limitada apresentada por Herbert Simon, quanto as limitações da racionalidade estratégica de Von Newmann e Morgenstein, além de uma explicação ontológica para a normatividade presente no conceito de racionalidade através do conceito de eficiência.

Sen (1977), critica a forma como são tratados os agentes, como “*rational fools*” ou tolos racionais, apontando que só são assim devido a fortes restrições dos modelos, e que existe uma circularidade em torno das preferências e do comportamento.

Por fim, Lawson (1997) coloca que tal hipótese de racionalidade é fundamental para o modelo de explicação conhecido com dedutivista, onde há relação de causalidade do tipo “se X, então Y”, mas que, entretanto, esse modelo só é usual em sistemas fechados, onde é pressuposto que existe previsibilidade das ações.

Essa crítica, em síntese, pode ser decomposta como reflexo de dois grandes argumentos, em um lado, na crítica ao individualismo metodológico, e em outro lado, na crítica ao instrumentalismo e irrealismo. Como o individualismo metodológico trata os fatos sobre as sociedades exclusivamente em termos de indivíduos, a análise de grupos organizados e instituições apresenta um sentido distorcido e secundário. A implicação disso, por exemplo, é a interpretação equivocada de que o exército é uma mera “soma” de soldados, ou, em economia, de que uma indústria é a simples agregação de resultados de decisões individuais de trabalhadores (que decidem entre lazer e trabalho) e capitalistas (que decidem entre acumular ou consumir) (BHASKAR, 1998). Não por acaso, os modelos que são balizados por tais princípios acabam por tomar posições fortemente restritivas com relação ao universo social, como o empirismo sob suposições restritivas fortes e o instrumentalismo sob hipóteses irrealistas.

O instrumentalismo irrealista refere-se à abstenção de seu caráter explicativo com a finalidade de se adequar às suas presunções teóricas. Nessa literatura, Popper (2010), defende que o princípio da racionalidade dentro de seu modelo situacional é ausente de fundamento empírico e psicológico, uma vez que defende que o esforço teórico do pesquisador deve se dar em direção à teoria explicativa e ao modelo, e não a uma hipótese auxiliar, afirmando que dificilmente um modelo deixa de ser usual por conta de sua suposição sobre o comportamento humano.

De forma mais radical, Friedman (1953), em uma tentativa de reafirmação do que é ciência positiva em economia, argumenta que as suposições são irrelevantes para a validação das teorias e que as teorias devem ser julgadas quase que exclusivamente por seu valor instrumental de gerar previsões precisas. A crítica ao instrumentalismo se deve justamente à sua pretensão: não pretende explicar **o que** os seres humanos fazem, mas simplesmente **como** fazem, entretanto, com uma possibilidade de elucidação de episódios empíricos.

#### **4. Propostas Teóricas e Metodológicas**

Grande parte do esforço diante da crítica em propor alguma teoria ou metodologia específica para solucionar as deficiências da racionalidade se exerce sobre o mesmo sujeito da economia neoclássica, o indivíduo. Herbert Simon (1963) coloca que não se pode usar o que é válido no nível do mercado para dar suporte ao que acontece no nível do agente econômico.

Pelo contrário, os economistas devem explicar o nível do mercado através do nível do agente econômico. Para Simon, as teorias válidas sobre o que acontece no nível do mercado decorrem de supostos empiricamente válidos sobre os agentes juntamente com leis de composição válidas. Ele sugeriu então o chamado princípio de continuidade ou aproximação. Esse princípio consiste em que, caso os supostos de um tipo ideal sejam aproximações suficientemente boas das condições do mundo real, então as conclusões deduzidas desses supostos serão aproximadamente corretas.

Seu modelo de economia comportamental, desenvolvido como uma alternativa ao modelo neoclássico, incorpora resultados da psicologia cognitiva e da psicologia experimental. Kahneman (2002), reforça ainda mais esse papel da psicologia experimental, apontando para experimentos do caráter interpretativo e do senso de justiça que envolvem as decisões. Esse programa de pesquisa com bases na psicologia, ainda que tente medir esforços em ser uma alternativa, mantém a mesma estrutura formal da teoria da ação neoclássica, assim como tentativas através de teoria dos jogos da formulação de uma racionalidade estratégica, conforme já discutidos por Augusto (2010; 2011).

Das propostas que se apresentam como rupturas mais significativas com relação ao escopo neoclássico positivista, dificilmente alguma consegue servir ao padrão de previsão da teoria neoclássica, e geralmente, ficam restritas à análises e discussões internas. Isso se deve, no caso dos austríacos, à sua tentativa de isolar suas teorias da crítica, rejeitando o teste de suas teorias e afirmando suas suposições como verdadeiras *a priori*. Os institucionalistas, por sua vez, preocupados com uma totalidade em seus modelos, além de sua ênfase explicativa, também se esquivam de fazer previsões. (CALDWELL, 1994, p.124)

Os marxistas, ainda que alguns façam determinadas previsões, sofrem críticas da economia tradicional por sua referência a um “campo ideológico”, ainda que tal seja contestável por diversos autores, sendo um impeditivo no diálogo com a economia neoclássica por uma posição de maior destaque na economia, possivelmente por ser uma teoria com fortes ligações com a história e a prática social. Independente disso, uma leitura da obra de Marx com os óculos da ciência tradicional torna suas conclusões mal interpretadas, como as leis de acumulação e de queda da taxa de lucro, em diversos casos na literatura em que o pesquisador insiste em verificações, testes empíricos e deduções, negligenciando os diferentes níveis de abstração, remetendo ao fato de que compreender a proposta de Marx não é tão simples quanto a maior parte das formulações positivistas dos dias atuais,

instrumentalizadas e pouco complexas. Uma questão delicada de se abordar e muito discutível é o quanto Marx estava preocupado em sua obra com pretensões epistemológicas, com suas possibilidades de fornecer uma forma de se produzir conhecimento que pudesse convergir ciências naturais e sociais, e isso pode ser discutido nas distintas obras de autores marxistas como Lenin e Lukács (HUDELSON, 1986).

Apesar de tais restrições, existem elementos fundamentais da crítica marxista que devem ser abordados para a formulação do nosso modelo. A proposta original de Marx remete a uma análise sociológica relacional e não individualista. Trata-se da ontologia do ser social, as quais dos “pressupostos reais não se pode fazer abstração a não ser na imaginação”. Trata-se do trabalho, categoria central da ontologia do ser social de Marx.

O marxismo se põe como uma visão mais ampla do que o individualismo metodológico uma vez que suas relações concretas e necessárias ao trabalho precedem as ideias que representam essas relações, e o trabalho não só supre as necessidades sociais, mas antes disso, as necessidades biológicas de subsistência. (SALAZAR, 2008). Outro elemento importante da teoria marxista é o poder e a coerção. Marx argumenta que o domínio dos meios de produção e da luta de classes foram os determinantes históricos que levaram ao surgimento do capitalismo moderno e que, trazem em si os elementos de conflito que acabariam por levar também ao seu fim com o socialismo. (PIMENTEL, 2012)

O modelo que será apresentado nas próximas páginas dialoga bastante com o escopo marxista, ao mesmo tempo em que se apresenta como uma crítica mais severa aos modelos convencionais da economia neoclássica, rejeita as presunções individualistas, centraliza o papel das relações e enfatiza os papéis da reprodução e da transformação partindo de um âmbito não necessariamente individual, mas de coletivo organizados, como o proletariado.

Por outro lado, ao mesmo tempo que dialoga, se distancia da vertente marxista uma vez que “a dialética marxiana consiste, ao mesmo tempo, num saber teórico e meta-teórico que dispensa dualidades” (PRADO, 2009). Eleutério Prado (2009) aponta a crítica de Gunn (1989) como um dos expoentes das diferenças entre as duas correntes:

Diferentemente do realismo crítico que se limita a ser reflexivo – e que, como tal, concerne à validade e à justificação de teorias científicas –, a dialética de Marx é um saber praticamente reflexivo que se vê, enquanto teoria, como um momento da prática social na qual, inclusive, pretende intervir. (Prado, 2009).

Portanto, deve-se delimitar quais são as principais suposições abordadas ao longo do tempo que são comuns aos trabalhos do realismo crítico. Elaborando suas ideias a partir dos



argumentos estabelecidos por Hodgson (2004), no campo da economia, e de Archer *et al.* (1998), no campo da sociologia, a fim de produzir um refinamento teórico e, dessa forma, avançando na delimitação mais clara e precisa dos conceitos teóricos erigidos sobre a perspectiva realista crítica nas ciências humanas, Steve Fleetwood (2008a, p. 243-245) produziu uma síntese, em oito afirmações, dos axiomas centrais estabelecidos pelo realismo crítico, que fundamentam e estruturam o projeto do realismo crítico nas ciências humanas, a saber (PIMENTEL, 2012):

- 1) diferenciação ôntica entre agentes, estruturas sociais e instituições;
- 2) diferenciação ôntica entre propriedades dos agentes e das estruturas sociais e das instituições;
- 3) a dependência das estruturas sociais e instituições em relação aos agentes;
- 4) a dependência dos agentes em relação a estruturas sociais e instituições;
- 5) a rejeição do individualismo metodológico e ontológico;
- 6) rejeição do coletivismo metodológico e ontológico;
- 7) a prioridade das estruturas sociais e instituições sobre qualquer agente individual;
- 8) similaridade ôntica entre estruturas sociais e instituições.

## **5. O Modelo**

Nesse modelo, partindo da perspectiva realista crítica, assume-se a existência de três grandes níveis de análise importantes entre si, que comumente na sociologia se apresentam pelos níveis micro, meso e macro. Essa definição, elaborada por Vandenberghe (2010) reconhece os níveis da seguinte forma:

1) nível microssocial – diz respeito às análises sociais nas quais o foco é a observação da ação humana em detalhe, em recortes e fragmentos espaço-temporais pontuais. Esse nível se subdivide em duas ordens (subníveis) que são: a) ordem individual – corresponde aos fenômenos e entidades responsáveis pela atividade humana individual e b) ordem interacional – que trata das interações entre dois ou mais indivíduos, num contexto também pontual. É a forma comumente abordada na análise econômica tradicional, tanto na microeconomia quanto

na macroeconomia, entendendo a relação entre indivíduos como interações de objetivos individuais (a diferença de utilidades marginais que permite a troca), assim como a relação entre os indivíduos e as firmas procedentes da interação de seus objetivos individuais (o desejo de maximizar lucro da firma e o problema de alocação entre trabalho e lazer do indivíduo).

2) nível mesossocial – diz respeito à análise da dinâmica grupal isto é, das interações entre vários indivíduos, mas numa escala da realidade local, em que ainda ocorre interação face a face, embora esta possa já estar sendo complementada ou gradativamente substituída por interações mediadas. Este nível incorpora análises que versam sobre os fenômenos organizacionais e institucionais, e, em geral, fazem referência à emergência de algum tipo de ordem social;

3) nível macrossocial – que diz respeito às estruturas sociais amplamente institucionalizadas e normativas, que se sobrepõem aos comportamentos dos indivíduos e grupos. Ele se divide em duas ordens: a) ordem cultural, que engloba os fenômenos relativos às produções culturais humanas, materializadas ou não e b) ordem social, que agrupa a existência de entidades e estruturas altamente estáveis e mais sedimentadas.

Uma vez identificados esses níveis, o modelo proposto centra sua análise na classe de fenômenos que ocorre no nível mesossocial, ainda que dialogue com os dois outros níveis (que não devem ser negligenciados). O modelo começa com a delimitação de um campo, real ou potencial, de atividade social. Para isso, utiliza-se a definição de campo amplamente disseminada e utilizada pela sociologia francesa pós-1950, em sua forma mais amplamente elaborada por Pierre Bourdieu. No entanto, essa noção de campo tem a função heurística apenas de balizar e distinguir entre diferentes tipos de atividade ou registros de atuação em que a atividade humana pode estar inscrita, ou seja, restritiva e delimitadora.

Bourdieu e Wacquant (2005) afirmam que os campos resultam dos processos de diferenciação social, da forma de ser e de (re)conhecer o mundo, embebidos num processo de constante evolução da sociedade que faz com que surjam novos campos num processo de diferenciação continuado. Desse modo, todo campo é um produto histórico e, portanto, possui um *nomos* (conjunto de leis que o regem) distinto e particular. O que determina a existência de um campo e demarca seus limites são os interesses específicos, os investimentos econômicos e psicológicos realizados pelos diferentes agentes, dotados de um *habitus*

específico convergente com aquele campo, e as instituições nele inseridas e que almejam um retorno, nas diferentes formas de capital, relacionado ao capital dominante naquele campo.

Essa noção de campo será empregada aqui visando delimitar o raio de ação coletiva, durante seu processo de estruturação, realizada a partir de um objeto de disputa central que é a fonte estruturadora do campo, do sistema de posições e relações. Desta forma, durante o processo progressivo de estruturação das estruturas (grupos) sociais, o campo funciona como uma referência central para a delimitação interna (quem está dentro do campo) e externa (quem não está) que funcionará também como referência para o processo homólogo estruturação das organizações, tanto em termos de suas fronteiras e posições (espaço) e dos papéis (identidade), quanto pela delimitação do enquadramento do jogo e de suas regras.

Uma vez identificado o campo, procura-se descobrir qual o “jogo” que se desenrola neste campo. O jogo é uma especificação do campo, por meio da particularização de uma situação real, em que é possível identificar os jogadores reais, as regras, os objetos do jogo, bem como os adversários. Eventualmente, é possível identificar os elementos potenciais ou latentes do jogo. Mas, o mais importante é o cenário, ou a situação, em que o jogo ocorre. Tanto o campo quanto o jogo recorrem, de imediato, como elemento mais básico para o seu acontecimento, a um espaço físico (e social) localizado na realidade, o que nos remete a relevância da dimensão espacial.

Essa dimensão espacial implicará em condicionamentos estruturais a todos os atores presentes que compartilharem essa situação de copresença. Uma vez inscritos numa determinada estrutura espaço-temporal é que os atores poderão iniciar o jogo. Essa inscrição será determinante também para a distribuição prévia, bem como o acesso gradativo aos recursos que cada ator poderá fazer ao longo do jogo, por meio de suas sucessivas interações.

A estruturação dos sistemas sociais de ação coletiva desse modelo é proposta de forma sintetizada por Pimentel (2009) da seguinte forma, em três momentos:

1) M1 - espacialização, dada pela situação de copresença, física ou virtual, que permite o compartilhamento de uma mesma situação ou contexto da realidade material, que traz constrangimentos e habilitações (num primeiro sentido físicos, mas não apenas dessa forma) aos componentes (indivíduos) sujeitos inseridos nesta situação. A partir desta estrutura, seguindo o esquema apresentado por Elder-Vass (2010), dada é que se verá o que é possível fazer ou não, quais os cursos de ação e as escolhas. Porém, para complexificar a análise, uma

vez existindo outras pessoas no mesmo ambiente, é necessário levá-las em conta, seja como obstáculos ou constrangimentos, seja como habilitações ou oportunidades, e assim a interação torna-se necessária e fundamental. Ou seja, se não houver uma condição de espacialização, de copresença física simultânea, nem que seja via embodiment virtual permitida pela tecnologia (ex. carta, ou outro meio de comunicação), não há como ter interação. Sem interação não há realidade nem estrutura social. Portanto, é uma condição necessária, embora não suficiente, para a existência – e análise – da ação coletiva, em geral, e das organizações, em particular; Nessa temática, podemos apontar também os trabalhos de Hassen (2000), Lacoste (2008) e Fleetwood (2005), como referências básicas.

2) M2 - Identificação, que diz respeito ao compartilhamento de uma realidade ideal, na forma de símbolos comuns que unificam os indivíduos em interação, e permite a formação de uma comunidade imaginada, que irá estabelecer os limites do grupo social, bem como as bases ideais e afetivas, os valores e os sentimentos de afiliação e pertencimento do indivíduo ao grupo social. Tal linha de argumentação é retomada a partir de Vandenberghe (2010) e, em linhas similares, de Elder-Vass (2010);

3) M3 - Representação e expressão política, que diz respeito a um duplo aspecto de relacionamento do grupo, em face do seu ambiente interno e externo. Internamente, com a crescente diferenciação e complexificação do grupo social, há uma estratificação de funções internas que precisa ser coordenada para que seja possível a manutenção sem ruptura, ou seja, como uma estrutural social única. Externamente, dada à diferenciação e a multiplicidade de membros, é necessário também que o grupo seja identificado e reconhecido pelos outros (grupos sociais ou indivíduos) de maneira exclusiva, sem ruídos, por isso é necessário que alguém ou um pequeno grupo ou indivíduo se especialize e especifique na tarefa de representar o grupo e agir em seu nome. Desse modo, a figura de um mediador (líder ou porta-voz), que irá representar do grupo social como um todo, surge para fazer uma integração interna, via delegação especialização de funções e atividades, e externa, via manifestação política do grupo. Esta figura expressa capacidade de falar e agir em nome de todos. O esquema abordado em M3 tem como referencial básico os trabalhos de Luhmann (1977), Fleetwood (2008), Vandenberghe (2010)

Com relação ao primeiro momento (M1) defende-se que o espaço físico pode ser visto como uma estrutura gerativa que tem a capacidade de fixar, isolar e circunscrever as demais entidades, limitando-as às condições, restrições e habilitações possibilitadas pelo ambiente

físico no qual elas estão inseridas. Esse poder causal é ativado pela realidade material das entidades (estruturas). Como todas as entidades, as estruturas sociais estão fixadas ao espaço e são influenciadas pelas restrições físicas e simbólicas que este lhes impõe. Dado que todas as entidades estão fixadas a algum espaço, para que haja interação entre eles, elas precisam estar em uma situação de copresença física (lembrando que a copresença virtual implica necessariamente uma copresença física de alguma ordem, i.e., um ponto de contato material que estabelece, via tecnologia, a possibilidade de encontro artificial).

E dessa situação de copresença material é que se estabelece a base para a interação das entidades. Essa situação tem um enquadramento, uma delimitação, em que estão também materialmente (pelo menos), mas podem estar também segundo os outros tipos de realidade, localizados/encontrados os constrangimentos (elementos restritivos e habilitadores) de qualquer estrutura e interação. No caso das estruturas sociais, é na situação de copresença que se deve localizar os constrangimentos que se impõem as estruturas sociais em si, bem como as relações entre elas, que culminarão com um determinado padrão de interação inicial e a possibilidade de geração de uma nova estrutura, dependendo da forma como elas interagirem.

Já em relação ao segundo momento (M2), uma vez formados pela situação de compartilhamento espacial, os grupos de interação estabelecem a base para a formação e a consolidação de uma estrutura social mais densa ou coesa. A densidade se dá, aqui, pelo tipo, mas, sobretudo, pela intensidade de relacionamento/relações estabelecidas entre os componentes (indivíduos) do grupo (ainda pré-estruturado). Como subproduto desse grupo de interação com sua identidade própria, o grupo social produzirá fronteiras sociais, e físicas, cuja função é demarcar claramente os limites da identidade do grupo e dos seus membros, evidenciando, assim, quem pode fazer parte do grupo e quem não pode e, conseqüentemente, quem tem acesso aos benefícios ou é tolhido deles, bem como as sanções que se impõem aos membros e não membros; aqueles por desrespeitarem alguma norma e estes por não terem acesso aos benefícios.

Assim, o poder causal intrínseco que emerge dos grupos de interação pode ser observado como a capacidade de identificação e criação de novas ligações entre seus componentes, formando e/ou fortalecendo a formação de coerência interna e definição externa, resultando numa identidade. Porém, para que isso aconteça, é necessário um mecanismo causal (ou “gatilho”) que é a condição, situação, interação ou atuação de outra entidade ou tendência qualquer sobre a estrutura em questão. O mecanismo causal (ou um

deles), para a passagem dos agregados coletivos, pode ser as posições sociais específicas dos agentes dentro de um determinado campo. Os indivíduos tendem a se associar quando estão numa posição subalterna e almejam retirar/desobstruir os obstáculos que os impedem de alcançar algum interesse específico que eles tenham. Ou, no caso daqueles que ocupam uma posição hegemônica, a associação tende, inversamente, a ocorrer para manter seus interesses, benefícios e impedir o acesso a esses recursos por parte dos excluídos.

Quanto ao terceiro momento (M3), exercício do poder, só os sujeitos sociais coletivos (ou plurais) são capazes de exercer poder. Uma vez constituídas as comunidades simbólicas, com suas fronteiras bem estabelecidas e dotadas de coesão identitária interna/ou sentimento de coesão identitária interna, elas têm a tendência de se autoorganizarem internamente, aumentando o grau de complexidade de suas interações, estruturando padrões de relações, fronteiras, diferenciando papéis e implicando numa delegação de funções e uma representação da coletividade na figura de um porta-voz (ou líder, assumindo aqui a clássica distinção entre os tipos de liderança assinalados por Weber).

Assim, o produto dessa tendência/capacidade de autoestruturação e organização desse sistema de ação coletivo é a formação daquilo que, tradicionalmente, é reconhecido pela literatura como “organização formal”, altamente estruturada por relações características de 3ª ordem (relações de relações de relações). Por isso, é cada vez mais objetivada, externalizada e mais independente de ações específicas de um componente (indivíduo) ou de uma relação específica.

Uma vez produzida essa organização, dela emergem o poder causal de manifestação pública na arena social, a capacidade de expressão política e de atuação e intervenção social. Ela passa a exercer, como grupo organizado, nas demais estruturas sociais e, sobretudo, na elaboração e/ou transformação de instituições, uma vez que dispõe de recursos, meios e legitimidade entre as demais estruturas sociais para realizar tais ações coletivas. Assim, a organização como “personagem coletivo” (VANDENBERGHE, 2010) teria como propriedade intrínseca a capacidade de exercício do poder ou, dito de outro modo, de alterar e transformar a realidade.

Supondo arbitrariamente uma situação prévia, apenas para ilustração analítica, em que não haja nenhum grupo formado, mas exista um conjunto de indivíduos compartilhando uma dada realidade material, isto é, inscritos numa situação de copresença, supõe-se que essa interação forçada pelo espaço os levará a criar um padrão de interação, conduzindo os

indivíduos assim, anteriormente isolados, ao estabelecimento de afinidades (inicialmente eletivas) que contribuirão para a formação de grupos deliberados, com o compartilhamento de uma realidade ideal (simbólica). Nem todos os indivíduos compartilharão das mesmas ideias, por isso é de se esperar que surjam as diferenças e assim, os diferentes grupos e associações. Cada um desses grupos formará uma comunidade simbólica que se diferenciará da outra.

Do crescimento numérico dos indivíduos em cada grupo, aliado à complexificação crescente das interações entre os membros, temos o desenvolvimento de processos, como a diferenciação interna e externa, que contribuirão para a especialização de funções e atividades dentro do grupo, que propiciarão aos indivíduos membros o acesso a posições e ao acúmulo de capitais, resultando num novo padrão da dinâmica interacional grupal que conduzirá à necessidade de criação de uma ordem. Esta ordem surge a partir da emergência da dimensão do poder, como entidade socialmente real, que se dá em M3 (terceiro momento da análise morfogenética), em que a associação caminha gradativamente para a sua transformação numa organização, à medida que se reveste de procedimentos cada vez mais especializados nas funções internas, culminando na emergência da estratificação, que se dá por meio de um processo duplo e complementar de delegação e representação.

Assim, considerando essa especificidade do modelo proposto, cabe ressaltar algumas limitações já identificadas nesta proposta. Esse modelo se aplica especificamente à análise da ação coletiva. Embora suas categorias centrais sejam referentes ao domínio ôntico e, portanto intransitivas, segundo os objetos e os tipos de realidade, a lógica de inter-relação esboçada entre elas, no geral, e entre os conceitos internos de cada categoria, em particular, é supostamente adequada para os tipos de interação e emergência da realidade humana no nível mesossocial e nas suas respectivas escalas espacial e temporal. Isso não impede que, eventualmente, o modelo seja expandido para incorporar outros estratos da realidade, ou seja, readaptado para se aplicar a eles.

Focalizando dentro dos sistemas sociais de ação coletiva, o processo de estruturação da ação social (coletiva) que se inicia com a interação direta entre os indivíduos (componentes) precisa acumular, gradativamente, padrões mais coesos e complexos de interação, que formarão estruturas intermediárias específicas, até chegar às organizações, como momento (estrutura social) mais complexo e mais estruturado das interações sociais em nível meso. A partir daí elas fazem a ponte com as instituições por meio da institucionalização de normas, valores, condutas, etc.

Alguns ajustes ainda precisam ser incluídos nesta proposta, como, por exemplo, o momento de análise morfostática. Mas, sua inclusão, bem como o refinamento de alguns argumentos – especialmente via aplicação e validação empírica deste trabalho – poderá, caso seu núcleo teórico e sua estrutura geral estejam corretas, fornecer uma base sólida e abrangente, não só para os estudos organizacionais, mas também para a visualização da forma como eles integram aos níveis micro e macro, permitindo assim uma ampliação do seu potencial explicativo e sua colocação de forma mais precisa em relação às demais áreas do conhecimento, especialmente em relação àquelas com as quais mantém relação direta ou próxima. Outrossim, cabe ressaltar que esta proposta não é fixa ou estanque e, inclusive, por estar em seu estágio inicial, pressupõe e está aberta a (sempre) necessárias ao avanço do conhecimento científico.

## **6. O Modelo e sua Plausibilidade em Economia**

Primeiramente, a discussão do modelo em economia perpassa pela mudança no objeto de análise da ação individual para a ação coletiva (que é muito mais objetivada, externalizada e mais independente das ações específicas de um indivíduo).

Na metodologia positivista em economia, até mesmo o resultado auto-evidente da ação coletiva é tratado como agente individual. A firma neoclássica, cuja crítica é tão bem estabelecida pelos seguidores de Schumpeter e os institucionalistas é um exemplo, mas em geral, toda afirmação de que uma unidade de observação coletiva (seja firma, governo, capital ou grupo de indivíduos, consumidores, poupadores) toma sua decisão com base em pressupostos demasiadamente simples ou pouco complexos é o primeiro ponto de crítica e de possibilidade de aplicação desse modelo. A ausência de coletividade na formação de um complexo organizacional é um elemento comumente negligenciado na visão neoclássica.

A primeira etapa é justamente delimitar o caráter espaço-identidade de qualquer um desses complexos coletivos, e isso envolve em um primeiro momento compreender o nível de comunicação, constrangimentos e interações gerados pela situação de co-presença entre os indivíduos (uma dimensão espaço-temporal) até o momento em que tais formas interativas de grupos formalizam uma associação (que se identifica internamente e se diferencia externamente, delimitando-se espacialmente e simbolicamente). Uma das formas de compreender essa etapa é através da formação (e não-formação) de conjuntos de redes entre



os indivíduos, sendo as redes diferenciáveis entre si externamente e identificáveis entre si internamente.

Tais redes, ainda que possuam determinados aspectos da modernidade que as tornem menos localizadas e mais intangíveis, são ainda uma forma de co-presença. O mais importante nesse momento para o economista é compreender o quão relevante a dimensão espacial é para o objetivo da pesquisa. Em termos analíticos, podemos atribuir as características do ambiente do indivíduo que favorecem ou desfavorecem ele a entrar em uma situação de co-presença física com outro indivíduo. A saber, tais categorias podem ser desde zonas geográficas (urbanas ou rurais, desenvolvidos, não desenvolvidos, etc.) o que nos levaria a algumas temáticas discutidas em teorias da localização e economia espacial, mas indo além, outras fronteiras espaciais entre os indivíduos, como suas rendas, níveis educacionais, classes sociais, além das barreiras culturais (castas, religiões, tradições, etc.), raciais e de gênero, que podem ser ponderadas dependendo do objetivo da análise. Em termos mais genéricos, podemos afirmar que existem forças sociais (ou forças reais) que favorecem ou impelem a interação entre indivíduos, formando o campo de possibilidades das suas redes sociais.

A segunda etapa se dá através da especialização funcional na integração das partes via delegação e representação política interna e externa, o que faz sairmos de uma associação simples para uma organização estruturada, com regras e normas implícitas. A compreensão das funções de cada indivíduo em meio ao seu coletivo, seus constrangimentos e suas atribuições devem ser relevadas nesse ponto. Tais grupos, a partir do momento em que seus indivíduos tomam decisões comuns, se identificam, reproduzem e transformam suas decisões de acordo com seu grupo, como se a organização tomasse um corpo próprio de regras tácitas aos seus membros, seja de condutas, ações ou até mesmo desejos. Institucionaliza-se um conjunto de símbolos que refletem efeitos sob os indivíduos, observáveis e não-observáveis.

Na terceira etapa, a categoria poder nos permite compreender a estruturação progressiva da organização, a reprodução da organização estruturada que alcança proporções capazes até mesmo de instaurar uma ordem e intervir deliberadamente na realidade social, ou com os conflitos, a sua transformação. Essa categoria, caracterizada pela coerção, pode ser refletida nas relações entre grandes organizações como sindicatos e empresas, associações e Estado, capitais e Estado. Cada organização estruturada tentará na medida do possível reproduzir suas atividades através do representante delegado, e conflitos internos e externos

poderão levar à transformação da própria organização, assim como a também terá possibilidades de alterar a realidade social.

Esses três sistemas sociais de ação coletiva podem ser analisados por meio da abordagem morfogenética e morfostática, fundamentalmente desenvolvida por Archer (1998) e, portanto, conforme as premissas estabelecidas pela perspectiva filosófica da ciência orientada pelo realismo crítico, Archer (1998) desenvolve seu modelo de análise ressaltando a convergência de sua proposta com o modelo elaborado por Bhaskar. Contudo, a autora, ao retrabalhar o modelo funcionalista desenvolvido por Buckley (1967) dentro das premissas do realismo crítico e, portanto, buscando valorizar a possibilidade de mudança – tão cara a emancipação social defendida pelo realismo –, acaba por conferir maior destaque à análise morfogenética do que à morfostática, embora ambas sejam conceitualmente consideradas como interdependentes e necessárias ao surgimento e à manutenção das estruturas sociais. Esse modelo pode ser demonstrado através do esquema da figura 1 (PIMENTEL, 2009):

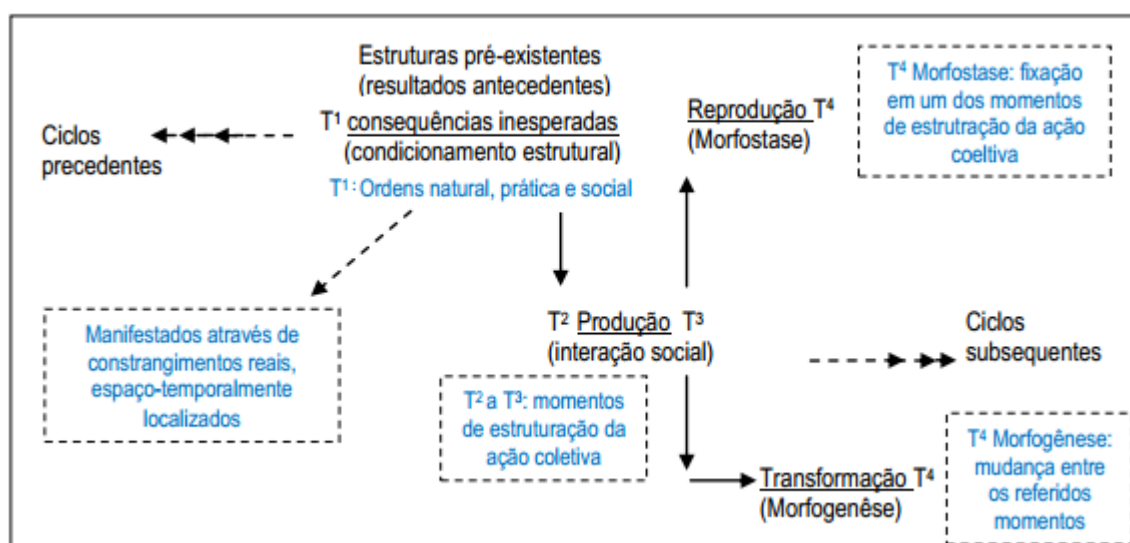


Figura 1: Acréscimo dos elementos do modelo de análise morfogenética/morfostática das organizações a partir da sobreposição do modelo transformacional de ação social e do ciclo morfogenético/morfostático.

O problema de agência da firma, por exemplo, pode ser discutido através dessa primeira etapa de dois momentos, espaço e identidade. Afirmativas forçosamente “auto-evidentes” sobre gestores que “maximizam utilidade” e acionistas que “maximizam lucros” podem ser entendidos no contexto de um conflito que não envolve basicamente seus objetivos, mas sim as diferenças de co-presença e identidade entre suas redes. Além disso, como organização o seu representante (o presidente) é a delegação interna dos acionistas que são externos à organização. A natureza peculiar dessa relação é capaz de apontar análises para

esse conflito sem recair em profundas complexidades analíticas, balizando-se nas três categorias espaço, identidade e poder, entendendo que a unidade (firma) não é um átomo, existindo dentro dessa unidade conflitos organizacionais entre grupos (o que não é inédito em economia, sendo suficientemente discutido em economia comportamental), mas que sobre elas são exercidas os efeitos de forças sociais que atuam favorecendo ou não a ocorrência de tal fenômeno. Entre outros objetos de análise, até mesmo os mais aparentemente atomizados segundo a teoria neoclássica, como o consumidor, podem ter tratamento em coordenação com o nível mesossociológico da ação coletiva através das três categorias, inserindo também nesse contexto a análise morfostática e morfogenética.

Portanto, ainda que em discussão prematura, a abordagem desse modelo pode ter alguma funcionalidade na análise econômica, principalmente se formos capazes de identificar a reprodução ou transformação do grupo social, associação ou organização econômica. Um resumo do modelo pode ser visto na figura 2:

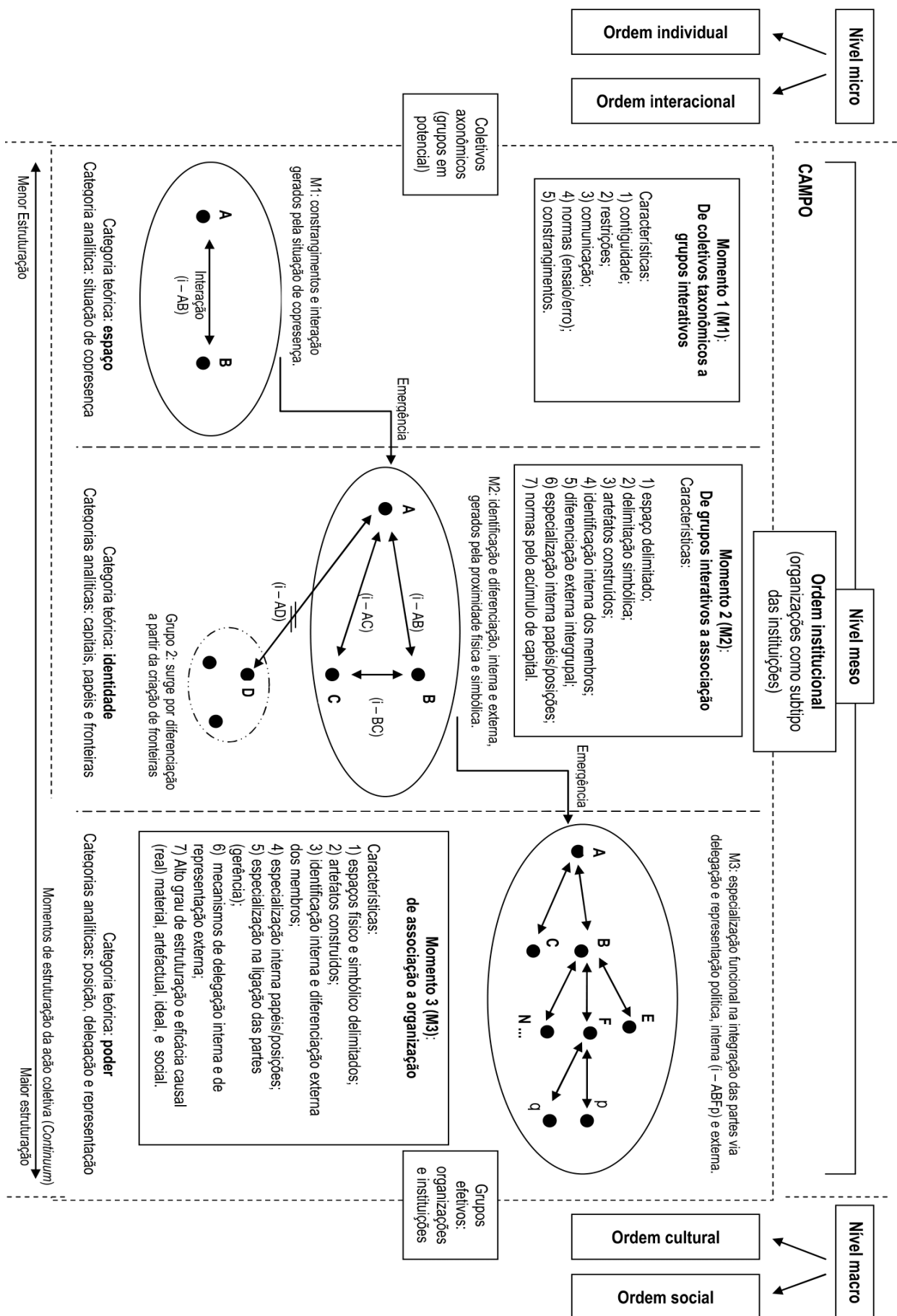


Figura 2: Esquema conceitual de análise do processo de estruturação dos sistemas sociais de ação coletiva, através de 3 momentos. (PIMENTEL, 2009)

## 7. Considerações Finais

Analisar a ação coletiva de tal forma também deve tomar os seus cuidados e ser balizada pelos elementos teóricos do realismo crítico. O fato de negar o paradigma racional maximizador neoclássico e apresentar um modelo que dialoga também com as estruturas macrosociológicas pode conduzir a uma visão demasiadamente antiessencialista, construtivista. Muitos autores da vertente defendem que o realismo crítico assume uma posição intermediária entre os extremos dessa relação, como discutido por Alsted (2001).

Realidade Independente						Realidade dependente de nós
Essencialismo	Positivismo	Estruturalismo	Realismo Crítico	Construtivismo social	Construtivismo Radical	

O realismo crítico vêm se apresentando nos anos recentes como uma alternativa tanto aos problemas associados às filosofias positivistas quanto às pós-modernistas, fornecendo o argumento de que o mundo natural deve possuir uma ontologia estratificada de “mecanismos geradores” casualmente eficazes dos quais operam em “sistemas abertos” melhores que sob condições de laboratório, conhecidos como “sistemas fechados”, e essas são ampliadas para o campo das ciências sociais, através da crítica de que as principais concepções de ciência que se sustentam em uma perspectiva anti-ontológica, como os empiristas, positivistas, kantianos e pós-modernistas. Trata-se de uma visão objetiva da ciência ainda em formação, cujas discussões crescentes na Inglaterra e na França estão se refletindo no Brasil.

Como primeiro ensaio, esse artigo ainda não apresenta propostas concretas de análise do modelo em economia, se limitando a apontar sugestões e direcionamentos mediante sua amplitude e possibilidades. A economia possui hoje uma variedade de instrumentos sofisticados que podem ser refletidos a partir de uma noção de ação coletiva que envolva o papel da decisão individual do sujeito, mas que acrescente, discuta ou incorpore os efeitos dos fenômenos sociais sobre o indivíduo aos diferentes níveis meso e macrosociológicos.

O direcionamento pelas três categorias: espaço, identidade e poder envolve a espinha dorsal da análise: a ação coletiva, da mais simples à mais estruturada. As três categorias são muito abrangentes, necessitam de refinamentos de acordo com a situação ou o problema em questão, o que pode tornar essa metodologia discutível ainda na forma inicial como é apresentada.

Outra questão é que o realismo crítico se posiciona abertamente em uma posição intermediária entre os extremos do positivismo e do construtivismo, o que nos leva a uma questão do quanto podemos atribuir desse fenômeno à ação individual e o quanto à ação coletiva sob os efeitos de uma estrutura social. Não negligenciar que a ação individual possui um papel também nos leva a uma situação singular em cada evento, o que remete a uma análise anterior do quão relevante é incorporar a ação coletiva no evento. A troca, elemento mais básico de relação da economia só ocorre porque, no mínimo, existem as condições espaciais e de identidade entre os indivíduos em um coletivo. Do ponto de vista introspectivo mais sugestivo, a troca só ocorre se ambas as partes reconhecem o caráter privado de seus bens e dos bens do outro, sendo essa capacidade muito mais atribuída aos efeitos das forças sociais que exercem sobre as partes do que sobre suas formas de decisão, ainda que exista um fator individual, que seja um cálculo mental. Excetuando-se a situação controlada de sobrevivência em uma ilha de Robson Crusoe onde só há uma pessoa, existem diversos casos passíveis de análise em economia na qual a ação coletiva pode ganhar espaço, através dos direcionamentos aqui apontados, na direção de explicações mais plausíveis incorporando cada vez mais na análise dos fenômenos econômicos uma análise das organizações e seus diferentes níveis de estruturação.

## Referências

- ALSTED, Jacob. Models of human motivation in sociology. **IACR debating Realism(s)**, 5ª edição, ago. 2011.
- ARCHER, Margaret S. **Critical Realism: Essential Readings**. London: Routledge, 1998, cap.8, p.206-257.
- AUGUSTO, André G. Teoria da Ação na Escola Neoclássica: Uma Resenha Crítica. **Pesquisa & Debate**. São Paulo, v. 21, n. 2, p.225-246, fev. 2010.
- AUGUSTO, André G. Os Limites da Racionalidade Limitada: Evidência Empírica e Escolha Teórica. **Sociedade Brasileira de Economia Política**, v.16, 2011.
- AUGUSTO, André G. Uma Sugestão de Explicação Ontológica para o Caráter Normativo da Racionalidade Neoclássica. **Sociedade Brasileira de Economia Política**, v.17, 2012.
- BLAUG, Mark. **Metodologia da Economia ou Como os Economistas Explicam**. São Paulo: EDUSP, 1993.
- BHASKAR, Roy. Societies. In: ARCHER, Margaret et al. (Ed.) **Critical Realism: Essential Readings**. London: Routledge, 1998, cap.8, p.206-257.
- BUCKLEY, Walter. **Sociology and Modern Systems Theory**. Oxford, England: Prentice-Hall, 1967.
- CALDWELL, Bruce. **Beyond Positivism: economic methodology in the twentieth century**. Londres: Routledge, 1994.
- FLEETWOOD, S. Ontology in organization and management studies: a critical realist perspective. **Organization**, v. 12, nº 2, 2005.
- FRIEDMAN, Milton. **Essays in Positive Economics**. University of Chicago Press, Chicago, 1953.
- HASSEN, G. L. Espaço e Tempo na Modernidade. **GEOgraphia** – Ano. II, nº 3, 2000, p. 51-67.
- HAUSMAN, Daniel M. John Stuart Mill's Philosophy of Economics. **Philosophy of Science**, Chicago, v. 48, n. 3, p.363-385, set. 1981.
- HUDELSON, Richard. Marxist Science as Ordinary Science. **Noûs**. Vol. 20, No. 1, 1986, p. 53-63.
- KAHNEMAN, Daniel. Maps of Bounded Rationality: A Perspective on Intuitive Judgment and Choice. **Prize Lecture**, Princeton, p. 449-489, dez. 2008.
- LACOSTE, Y. A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 14ª Ed. [Trad. Maria C. França]. Campinas (SP): Papirus, 2008.
- LAWSON, Tony. **Economics and Reality**. London: Routledge, 1997.

- PIMENTEL, Thiago D. Espaço, Identidade e Poder: esboço de uma teoria morfogenética e morfostática para a sociologia das organizações. **Tese de doutorado UFJF**. Juiz de Fora, dez. 2012.
- POPPER, Karl. **Textos Escolhidos / Karl Popper**. IN: MILLER, David (Org.) Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2010.
- POPPER, Karl. **A Lógica da Pesquisa Científica**. São Paulo: Editora Cultrix, 2011.
- PRADO, Eleutério F. S. **Economia, Complexidade e Dialética**. São Paulo: Plêiade, 2009.
- ROSENBERG, Alexander. A Skeptical History of Microeconomic Theory. **Theory And Decision**, Virginia, v. 12, p.79-93, mar. 1980.
- SEARLE, John. **Rationality in Action**. Cambridge: MIT Press, 2001.
- SENT, Esther-Mirjam. Behavioral Economics: How Psychology Made Its (Limited) Way Back Into Economics. **History of Political Economy**, v.36, n.4, p.735-760, 2004.
- SIMON, Herbert. A Behavioral Model of Rational Choice. **The Quarterly Journal of Economics**, v.69, fev. 1955.
- SIMON, Herbert. Rational Choice and The Structure of the Enviroment. **Psychological Review**, v.63, n.2, 1956.
- SIMON, Herbert. Rational Decision Making in Business Organizations. **Prize Lecture**. Pensilvânia, p.343-371, dez. 1978.
- SOHN-RETHEL, Alfred. **Intellectual and Manual Labor: A Critique of Epistemology**. The Macmillan Press LTD, 1978.
- VANDENBERGHE, F. Uma ontologia realista para a sociologia: morfogênese da sociedade e estruturação das subjetividades coletivas. In: VANDENBERGHE, F. **Teoria Social Realista: um diálogo franco-britânico**. Belo Horizonte (MG): Editora UFMG/ Rio de Janeiro (RJ): IUPERJ, 2010. pp.183-256.